

Pauta: Nova Unidade de Saúde da Monte Cristo, quais as perspectivas da entrega da nova UBS à comunidade local?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h22min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Eu solicitei a pauta de hoje sobre a unidade de saúde Monte Cristo para avançarmos nesse diálogo. Estamos aqui com a Ver.^a Mônica, a Ver.^a Lourdes, a Ver.^a Tanise e a Ver.^a Cláudia Araújo e vamos dar início a ela, então. É sobre a unidade de saúde Monte Cristo a discussão de hoje, uma proposta que eu trouxe a esta Mesa. Eu tenho feito várias visitas e a primeira coisa que eu vejo em uma unidade de saúde é quantas famílias são atendidas; também a estrutura, que é a principal, fundamental; e quantas equipes. Lá, nós nos deparamos com a unidade Monte Cristo, uma unidade muito pequena, começando pela rua. Na rua já não passam dois carros, um pelo outro, um tem que subir na calçada. Então, começando pela rua e a unidade que é pequena demais. Chamou a atenção que a cadeira do dentista fica lá embaixo no porão – como eu brinco, no porão dos ratos –, sem acessibilidade nenhuma, e fora os funcionários que estão naquela unidade apertada. Já conversamos com o secretário Ritter, já conversamos com o gestor, que é o Vila Nova, e o que nos chama atenção é que a própria comunidade quer que a unidade fique na porta da casa deles, não quer que vá se estender um pouquinho mais para lá. O bom é que todos querem melhorar e é para isso que nós estamos aqui, para que essa unidade venha a acontecer. O Vila Nova está disposto, já tem prédio, enfim. Vamos construir juntos. Convido para compor a Mesa, por gentileza, a Sra. Vânia, diretora da atenção primária da Secretaria Municipal de Saúde; a Sra. Heloísa Helena, gerente da unidade de saúde Monte Cristo; a Sra. Daniela, que faz todas as visitas comigo – está sempre conosco fazendo a correria – e que é gerente assistencial do Hospital Vila Nova; o Sr. Jair Machado e o Sr. Luiz Aurélio, conselheiros do Conselho Distrital de Saúde; o Sr. Sandro Besson, gestor da Subprefeitura Centro-Sul – seja bem-vindo a esta Casa; e a Sra. Mirela, da Coordenadoria Regional Sul da SMS. Muito bem, vamos ouvir a comunidade, aqui; primeiro, o conselho; depois, o hospital; e

vamos deixar por último a saúde aqui. Eu passo, de imediato, então, para o Sr. Jair Machado.

SR. JAIR MACHADO: Bom dia a todos, bom dia à Mesa, é com satisfação que venho compor esta Mesa e esta reunião com uma pauta tão importante para o Centro-Sul, que é a Unidade de Saúde Monte Cristo. Nós temos, lá na Centro-Sul, diversas unidades com dificuldade de acessibilidade. Eu considero a Monte Cristo uma das mais críticas; como o vereador acabou de citar, o dentista fica no porão. Também tem essa questão de que uma unidade de saúde tem que ser em um prédio horizontal, e não vertical, para que facilite para as pessoas com deficiência e também para os trabalhadores, para que os trabalhadores tenham uma melhor locomoção dentro da unidade; conseqüentemente, tendo um melhor atendimento. É bem-vinda essa proposta do vereador de uma nova unidade para Monte Cristo, e o conselho local está à disposição para auxiliar nesse processo. Era essa a minha contribuição. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Que bom. O senhor é o Jair ou é o Luiz?

SR. JAIR MACHADO: O Jair.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Luiz Aurélio, por gentileza.

SR. LUIZ AURÉLIO: Bom dia aos senhores e às senhoras. Ontem, nós tivemos uma reunião de conselho local na Monte Cristo, convocada pela enfermeira Heloísa. Compareceram algumas pessoas; na verdade, de lideranças da Monte Cristo, foi uma; depois, mais outras duas senhoras compareceram. Essa senhora, que se identificou como uma líder na Monte Cristo, disse que esses que não querem a unidade ou que a unidade saia dali são a minoria, e que ela estava dando total apoio e que, se fosse para melhorar, não tem que questionar. Então, eu acho que não vai haver problema que anteriormente tinha, que as pessoas não queriam que mudasse. Ah, mas o pessoal não quer que saia daqui.

Bom, segundo ela, que se identificou como uma liderança forte, diz que não tem isso. Então, vamos ver. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Que bom, então, Luiz. É uma notícia boa. Vou passar para o Vila Nova. O Sandro vai depois. Parece que a Daniela, do Vila Nova, já tem até o dinheiro em caixa para construir lá. Daniela é gerente assistencial do Vila Nova.

SRA. DANIELA JARDIM: Bom dia. Hoje nós estamos na unidade Monte Cristo com algumas limitações de que todos já têm ciência, a própria comunidade e nós do Vila Nova. Somos uma unidade que se compõe de duas ESB, EAP e uma ESB, que é uma de odontologia e duas equipes de saúde da família. Atualmente, nós temos 6.710 cadastros para uma população estimada pelo IBGE em 2010 de 17 mil pessoas. Na Monte de Cristo, a gente está tendo 3.381 atendimentos mensais; 823 atendimentos médicos mensais, no mês de outubro; odontologia também com 206 a 250 atendimentos. Esse volume de usuários hoje que vêm entrando, acessando a Unidade, acaba o próprio espaço limitando a gente a expandir mais os atendimentos, pela capacidade de salas, enfim.

O problema de acessibilidade, sim, todos que vão visitar a Unidade, têm lá essa dificuldade. Porém, a equipe acaba se organizando para os idosos serem atendidos na entrada da Unidade; as visitas domiciliares são bem exploradas pela equipe da Unidade de saúde; a odonto, por estar lá embaixo, também acaba se disponibilizando a fazer atendimentos domiciliares. Claro, aqueles casos que não necessitam de cirurgia bucal, e também fazendo uso da ferramenta de visita domiciliar. Quanto à equipe, eles estão se destacando, sim, em trabalhar da melhor forma possível dentro das condições que ali existem. Era isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Daniela. A Sra. Heloísa Duarte, gerente da Unidade, está com a palavra.

SRA. HELOÍSA DUARTE: Bom dia a todos, complementando a informação da Daniela, é importante que a gente ressalte que a equipe está disposta a fazer todos os atendimentos. Hoje nos falta sala para todos os profissionais; quando tem algum paciente que seja cadeirante ou que tenha alguma necessidade especial que a gente não consegue levá-lo até a sala da dentista, nós articulamos com uma outra Unidade que tem a acessibilidade, normalmente, é a Cidade de Deus que é a mais próxima. Em relação aos atendimentos médicos e de enfermeiros, se o paciente tem uma necessidade também especial que não possa subir as escadas para o segundo andar, a gente também faz esse atendimento no primeiro andar. E hoje as salas são pequenas, então vai bem ao encontro também do desejo da equipe em ampliar o espaço físico, ampliar a equipe para melhorar também o atendimento e qualificar o atendimento no espaço com uma ambiência adequada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Heloísa. A Heloísa vive e convive ali todos os dias com essa realidade. A Sra. Mirela Bastiani Pasa, Coordenadora Regional da Saúde está com a palavra.

SRA. MIRELA BASTIANI PASA: Bom dia a todos, eu sou a responsável pela coordenação das Unidades de Saúde de todo território da Sul, Restinga, Extremo-Sul e Centro-Sul, e são 31 unidades nesse território. A Monte Cristo é uma das unidades que têm uma estrutura mais precária do ponto de vista de ambiência, realmente, a questão da acessibilidade é complicada ali. Ela também tem um território que a unidade de saúde fica no extremo do território, mas ela tem uma área bem grande que vai para o lado do Calábria, para o lado do Campo Novo. A gente já fez uma reestruturação de território numa uma época, o Calábria absorveu uma parte, a gente conseguiu ampliar equipes ali porque tinha estrutura e é um desejo, sim, há muito tempo, de que a unidade tenha um outro espaço para ir. A gente sempre teve dificuldade, eu trabalhava na gerência da região Centro-Sul na época, desde 2012, e a gente fez o mapeamento. Primeiro, a população queria ficar dentro da Vila Monte Cristo, não se achou nada de

terreno que fosse viável do ponto de vista legalizado e vinha numa busca muito grande com relação a possibilidades dentro do território. Eu acho que a Vânia vai passar melhor tudo que foi pensado, mapeado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Uma pergunta: a Cohab Cavalhada é atendida por essa unidade?

SRA. MIRELA BASTIANI PASA: A Cohab Cavalhada era atendida pela Monte Cristo antes de ser construída a unidade de saúde. Foi construída uma unidade ali com três equipes para atender em torno de 10 mil pessoas. Na Cohab Cavalhada a gente tem estrutura física para poder até ampliar, se a gente quisesse uma equipe, mas a gente não tem população que acesse. A gente tentou estratégias do tipo, na época da covid, colocar uma tenda para coleta de PCR e a gente vê que só quem procura é o próprio território mesmo, as pessoas de fora, da Monte Cristo, não vão consultar lá, existe uma questão de facções, de coisa de território que eles não acessam.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Sandro Besson está com a palavra.

SR. SANDRO BESSON: Bom dia Presidente, Ver. José Freitas; Ver.^a Cláudia, Ver.^a Tanise, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Mônica; bom dia a todos e a todas. Como foi dito nas reuniões do FROP, quando a pauta é saúde, uma das coisas que é muito comentada em relação à estrutura é da unidade da Monte Cristo e como o senhor disse, Presidente, é sobre a questão física, estacionamento, em relação a salas, estrutura em geral. Então, realmente, parabênz pela esta iniciativa e, com certeza, a melhoria desta unidade, não só desta como outras unidades da Centro-Sul vão beneficiar muito a população, a comunidade da região. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Besson. Agora quem vai trazer todas as soluções dos problemas – algum vereador vai falar antes? – é a Vânia,

que é diretora da Atenção Primária da Secretaria Municipal da Saúde. Vânia Frantz, por gentileza.

SRA. VÂNIA FRANTZ: Bom dia! Cumprimento o Ver. Freitas, demais vereadoras – uma Mesa de Vereadores, hoje, quase feminina aqui –, os demais colegas aqui e a comunidade. Começo dizendo que não gosto de discutirmos uma comunidade sem a comunidade estar presente. Isso me gera desconforto e já estive lá no conselho da Centro-Sul, pedindo ao Seu Jair para mobilizarmos o conselho local da Monte Cristo, mobilizarmos a comunidade, porque senão são muitos entes pensando por alguém e não tendo um fórum para ouvir o que realmente essa comunidade quer. Então, essa é uma das coisas que eu gostaria de deixar registrado que é fundamental, na nossa concepção, essa construção em conjunto. Acho que as colegas aqui já trouxeram, não é novidade, não é de hoje a batalha para se buscar espaço para uma construção. Ela já vem de muitos anos, e eu já estive nessa batalha no outro momento em que estivemos eu e Ritter na gestão. Por ter muitas áreas irregulares, isso dificulta muito. Eu sempre gosto de lembrar como é que a gente fazia saúde antigamente, que a gente ia lá no OP definir um PSF e se fazia na associação, numa salinha ao lado, numa casinha alugada, porque a gente não tinha nada. Então, naquele momento, aquilo era muito. Felizmente, desde 2010, Porto Alegre começou a olhar com mais seriedade as estruturas físicas, mas a gente não avançou na velocidade necessária, justamente porque tem esses dificultadores. Temos muita dificuldade de usar verbas que não são do Município quando temos uma área irregular. Hoje, a gente ainda tem no nosso mapeamento uma grande parcela das unidades que não são próprios municipais. Isso nos impede uso, por exemplo, de emendas parlamentares de deputados, nos impede uso das portarias ministeriais. Então, isso também é importante que se diga. O que nós temos? Há seis meses, quando eu e o secretário Ritter assumimos, a gente abriu uma conversa junto ao Vila Nova para tentar encontrar na região alguma possibilidade. Na nossa primeira ideia era uma locação, já que a gente não tem um terreno, então uma locação para termos algo mais imediato. O Dr. Dal'Molin,

já alguns meses, trouxe para nós a possibilidade daquilo que é conhecido ali na região como clube, que é uma área que está praticamente abandonada, mas que teria interesse de a gente fazer uma reforma. O que acontece? Ele não é um prédio do Vila Nova, ele é um prédio locado pelo Vila Nova. Dessa forma, eu não tenho a menor condição de colocar qualquer verba municipal ali, porque ela é privada e não é nem do parceiro. O que aconteceu? Numa conversa, o Dal'Molin demonstrou interesse de fazer essa reforma e a gente faria a mobília, e a gente poderia negociar com a comunidade então a vinda da rua Atílio Superti. Bom, o que acontece? Eu vinha trabalhando muito com essa possibilidade, o Dr. Dal'Molin infelizmente disse que não fará a reforma com verba do Vila Nova. Então esse caminho, até de certa maneira para minha surpresa, ontem foi fechado. Bom, então isso é uma situação que a gente queria uma solução emergencial para que a gente pudesse realmente dar condições de qualidade de atendimento. Como não temos isso, o que nós temos hoje de concreto? O que temos de concreto é um empreendimento que está saindo ali na região da Monte Cristo que nós temos já a solicitação, e tudo se encaminha para isso. Então eu não posso dizer que está, porque ainda não está assinado e o empreendimento ainda não foi aprovado, mas a gente tem um terreno na rua Arthur Mickelberg, que é aquela rua da escolinha infantil, acho que é Pinguinho de Ouro, se não me falha a memória, o nome da escola. Então ali vai ter um loteamento naquela região e, na CAADHAP, a nossa arquiteta já fez a solicitação e tudo se encaminha para a contrapartida de um terreno de 30 metros por 60 metros, um terreno muito bom que dá para gente fazer uma unidade com capacidade para quatro equipes, mais duas de odontologia no mesmo plano. Então hoje quando a gente olha Monte Cristo, o que nós temos de efetivamente concreto em área física? Essa possibilidade do terreno. O que acontece? Acho que todos sabem que o empreendimento não é aprovado da noite para o dia. Então tem que ter essa aprovação, ele já vem no início, ele não vem ao final, então, isso nos ajuda. Quando a gente tiver isso, a gente pode, com a matrícula... o Sr. Jair até perguntou: por que não colocaram no PAC uma construção para a Monte Cristo? Porque, qualquer verba federal, eu tenho que comprovar o terreno

municipal, não tendo o terreno, não adianta eu cadastrar. Mas vamos dizer que esse terreno venha, o ano que vem tem uma nova verba federal ou qualquer outra verba, a gente já o tem em condições de cadastrar. Então hoje, quando se olha a Unidade Monte Cristo, o que nós temos de concreto é o andamento desse pedido, que está dependendo, claro, da aprovação do empreendimento, que parece que está num caminho de ser aprovado. Essa possibilidade, junto ao Vila Nova, neste momento, o Dr. Dal'Molin diz que não tem como custear. Infelizmente, não adianta nem a gente, por exemplo, pedir emendas parlamentares, eu não posso usar emenda parlamentar também em um serviço que não é próprio, porque, depois, ficaria para terceiros.

Então, a nossa situação hoje meio que volta. O que a gente tenta? Que as colegas aqui, do Vila Nova, já colocaram. A gente tenta ir adaptando o que sempre foi feito na Monte Cristo, tentando adaptar, bom, o máximo de visita domiciliar para aquelas pessoas que têm mais dificuldade; encaminhar alguma situação para unidades vizinhas, quando tem uma indicação de proximidade, ou no caso da odontologia, que a gente precise da cadeira. Então são essas adaptações que se vem conseguindo fazer. O que a gente colocou também? A gente tem lá duas equipes que são contratualizadas com o Vila Nova. A gente colocou mais um médico do programa Mais Médico, para poder também auxiliar, que é uma prática que a gente está fazendo em vários pontos da cidade. Eu acho sempre importante trazer que ... E eu estou há 23 anos na rede de Porto Alegre, então, eu tenho muita tranquilidade de afirmar que nós nunca estivemos num momento com a cobertura de saúde da família e com a cobertura de atendimento médico como nós temos hoje na cidade. Então, hoje, quando a gente tem uma vacância, aquele trabalhador que não está ocupando a vaga, ela é muito temporária e ela é sempre inferior a 30 dias. Hoje, nós não temos falta de médico. Às vezes, a gente até comenta, eu e o secretário Ritter, a gente brinca: "Lembra aquela unidade que a gente inaugurou?" A gente já inaugurou, em Porto Alegre, unidade sem ter médico. A gente já inaugurou cadeira odontológica sem dentista, falando, a gente, a história de Porto Alegre. Hoje nós temos, com a parcerização, a gente conseguiu trabalhar de uma maneira diferente e hoje nós

não temos falta de profissional. E temos ainda a vantagem de ter um aporte, por um custo muito baixo ao Município, do provimento federal da área médica, que a gente coloca para complementar. É claro que, o que é que acontece? Como a Heloísa disse, não adiantaria eu colocar mais uma equipe, mais médicos lá na Monte Cristo porque não entram os pacientes; não cabe. Então, a gente tem esse limitador, e outras unidades ali da região também, que são unidades muito pequenas. Hoje, o concreto e as nossas fichas são para esse terreno na Rua Arthur Mickelberg, para que a gente possa, daí, trabalhar com a verba para a construção. É óbvio que nós estamos falando de alguns anos. Não adianta a gente vir aqui e dizer que é para o ano que vem; a gente está falando de alguns anos. A região também nos dificulta, porque antigamente, principalmente antes do acidente da boate Kiss, antes da Lei Kiss, a gente alugava um imóvel com muita facilidade; hoje, para fazer a locação de um imóvel tem que ter PPCI, tem que ter o habite-se, tem que ter isso, tem que ter aquilo. E a região também não tem essa oferta, é uma região mais difícil de a gente conseguir, ela ainda tem aquele tom meio rural. Então, às vezes, é difícil de a gente ter algo regular, que a gente pudesse chegar lá. E é por isso que eu digo que é fundamental, a comunidade, a Câmara, a Subprefeitura, além da Coordenadoria, que já faz isso, se a gente encontrar um imóvel, a gente trabalhar com essa possibilidade de locação e adequação. Daqui a pouco tem lá uma casa, a gente fica sabendo de alguém que está querendo se mudar dali, e é regularizada; a gente pode trabalhar com essa possibilidade e correr atrás de verba para locação, para que a gente resolva isso enquanto corre todo esse trâmite aqui, que é um rito longo. Hoje, infelizmente, o que a gente consegue fazer são essas adaptações. Então, é mais ou menos isso que eu tenho para dizer.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Jogou um balde água fria na cabeça. Porque a esperança toda era o prédio lá do Vila Nova, que agora fiquei sabendo que é alugado, então jogou um balde de água fria. O que resta é a comunidade, o conselho aí ficarem de olho numa casa para alugar, num espaço para alugar. Porque no Morro Santa Tereza, ali na unidade que fechou, a comunidade se

organizou, o conselho local ali, e viram uma casa para alugar; colocamos na mesa do secretário Ritter, está na mão dele para reabrir uma unidade lá, um espaço, enfim, e foi fechada. Então, eu acho que a comunidade do Monte Cristo tem que fazer a mesma coisa. Como vai demorar esse empreendimento, a liberação pode demorar um ano, pode demorar dois, quatro, seis ou mais. A gente sabe como é que funciona, pode ser rápido, tomara que seja rápido, mas eu acho que, paralelo a isso, a comunidade deve se organizar e ir atrás de um outro imóvel. A Prefeitura já está fazendo, o Vila Nova já está fazendo a sua parte lá em atender o melhor possível. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos, quero cumprimentar a Mesa, meus colegas vereadores, presidente Freitas. Eu estava conversando aqui com a Vânia, foi feito agora um recadastramento do DEMHAB naquela região, porque boa parte daquela região ainda não tem regularização, ainda pertence ao DEMHAB, está em trâmites. Com o recadastramento que foi feito, a Vânia disse que a princípio não tem, mas eu acho que a gente pode investir nisso, nesse tipo de informação, até como comissão, para saber, dentro do que foi feito de recadastramento, se não tem algum tipo de imóvel que pudesse ser utilizado pelo Município. Acho que talvez fosse uma saída que também, se tivesse e que ficasse ali dentro do quadrilátero, da necessidade da comunidade.

Uma outra coisa que eu vejo, porque essa não é uma demanda da Monte de Cristo, essa é uma demanda geral de muitos postos que nós temos que hoje são parceirizados, mas que a estrutura física realmente é muito precária. Uns muito bons, uns mais ou menos, e a grande maioria com bastante precariedade.

A gente, muitas vezes, quer ajudar enquanto emendas, e a gente não sabe muito bem como fazer. Inclusive eu fiz uma fala num orçamento participativo, este ano, dizendo que eu iria dar R\$ 50 mil para a Tronco, e eu não pude fazer essa destinação, porque a Tronco ainda está fechada, e não poderia ser feita essa destinação, eu tive que realocar para uma outra necessidade.

Então, é importante a gente trabalhar o antes dentro das nossas emendas em parceria, porque isso aqui é uma demanda que a gente traz sempre dentro desta Comissão principalmente, da necessidade de ampliação, da necessidade de melhoria, da necessidade de construção. A gente tem investimentos, tem empréstimos andando também, do BID, para 10 postos, mas que não são o suficiente, a gente precisa é de muito mais. Uns para melhorias, outros para construção. E a gente discute isso seguido aqui dentro da comissão de saúde.

Então, daqui a pouco, o que a gente precisa trabalhar com a saúde é, antes de iniciar as indicações das emendas, produzir projetos viáveis com condições para que a gente possa fazer esse auxílio. Porque hoje, quando tu fazes uma destinação de uma emenda impositiva, tu tens que estar com o plano de trabalho pronto, e a gente não tem isso. Isso teria que estar aprovado para que a gente pudesse fazer essa destinação, porque, daqui a pouco, o Ver. Freitas quer destinar R\$ 200 mil, R\$ 300 mil para a reforma de um posto, mas ele não pode fazer isso, porque não tem um projeto já pré-aprovado. Isso tem que ficar como lição de casa, talvez, para a saúde.

Eu sei que a gente corre sempre atrás, e hoje somos mais pós do que pré, mas é importante a gente trabalhar para ajudar, enquanto Parlamento, para poder melhorar essa questão das reformas e das construções, que, agora, no início do ano, lá por março, a saúde já possa começar a trabalhar projetos e planos de trabalho que a gente, quando for fazer as destinações, possa dizer: "Isso aqui me interessa, é R\$ 100 mil, é R\$ 200 mil, é R\$ 300 mil, eu quero ajudar." Assim eu posso investir naquilo ali. Então, nos próprios, naqueles que têm viabilidade, mas existem.

Então, se é no Monte Cristo ou se é em outro lugar, porque, se a gente consegue melhorar em algumas unidades de saúde, a gente tira a obrigatoriedade de aporte da saúde naqueles postos, e aí a gente consegue que a saúde destine para aqueles que não têm viabilidade. Acho que tem que pensar e começar por aí. Inicialmente é isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Cláudia. Ver.^a Mônica.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia a todos, à Mesa, aos colegas e ao presidente, eu fico sempre muito preocupada e confesso a vocês que surpresa, porque é recorrente essa situação. Vira e mexe nós estamos com o mesmo problema da necessidade de uma estrutura física para atender comunidades, e não tem o prédio, não é possível, a estrutura física não atende. Então, claro que o ideal, e estava aqui até fazendo uma pesquisa, seria que nós fôssemos para o lado dos terrenos para a construção e não imóveis já existentes e que são limitados para atender às necessidades da comunidade.

Essa questão das emendas, eu também acho muito preocupante, porque nós temos a possibilidade de enviar valores para ajudar na área da saúde; aliás, é 50% a destinação à saúde, mas a gente esbarra exatamente nesse problema, que muitas vezes não consegue e tem que fazer um redirecionamento. Então, eu como encaminhamento, daria aqui, Presidente, para que nós fizéssemos uma reunião com o secretário da saúde para tratar justamente desse problema, que todo ano acontece com as emendas impositivas. Elas precisam ser usadas, bem usadas nessa área; só que tem que haver um planejamento, todo um conhecimento para que não volte o dinheiro, quer dizer, agora o que a Cláudia citou aqui, realmente é preocupante porque deixa de ir para uma área fundamental, e nós podemos fazer isso, e ela é impositiva, 50% para saúde, mas nos falta a legitimidade, nos falta as condições legais para agir dessa forma. A minha preocupação e o meu encaminhamento seriam esses.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. Eu tenho um tema de casa aqui, Sandro e alguém do conselho, na Rua Joaquim de Carvalho – aquela que desce ao lado do antigo Big, na frente do cemitério – tem duas invasões. Depois dos blocos, dos prédios – eu sei porque eu morei 12 anos ali. Então, os moradores dos dois lados, um de frente para o outro, são invasores. De repente vale fazer um levantamento de quem é aqueles terrenos ali, de repente até a Prefeitura tomar a frente porque isso não fica longe da Vila Monte Cristo. São dois terrenos invadidos, eu conheço muito bem aquela história. Tem mecânica, tem não sei o quê, mas é tudo invasão.

O Sr. Acir, representante do conselho local de saúde e assessor do Ver. Oliboni, está com a palavra.

SR. ACIR PALOSCHI: Eu queria fazer uma sugestão, tanto para o Sandro, que representa a Prefeitura, e a Vânia, da saúde. A primeira coisa, eu acho que a Secretaria de Saúde tem que fazer um levantamento das unidades que não são próprias, e acho que o pedido pode ser até pela COSMAM aqui, e, ao mesmo tempo, a Prefeitura tem condições de identificar áreas legais que existem naquela região, com possibilidade para implementação de uma unidade. Acho que isso é uma incapacidade do poder público, muitas vezes, 20/30 anos vai levando um aluguel e não se preocupa em identificar áreas. Eu acho que isso é o papel claro dos vereadores e da Prefeitura. Não que a comunidade não possa fazer, mas isso é um papel do Executivo, de ele identificar isso e dizer olha se é possível, custa isso, tem projeto para isso já. E essa é uma outra coisa que eu quero sugerir, eu acho que, às vezes, a gente só pensa no projeto quando dá na telha de construir, então, já pré-projeto, deixar já tudo meio que... Hoje é mais fácil, até pela terceirização que foi feita ou parcialização, exigir das empresas que estão tocando as unidades que já deixem pronto um pré-projeto de cada uma, de como deveria ser. Não que depois não possa ser adequado, mas já deixar pensado isso.

Nas emendas, é o grande problema. Você faz a emenda, bate lá, e volta porque não tem o projeto. A gente bota dinheiro e ele volta, bota o dinheiro ele volta. A gente sabe que a execução é de um ano; chega lá em dezembro e não foi liberado o dinheiro ainda. Quer dizer, não é o vereador que é prejudicado e não é o prefeito; quem é prejudicada é a população que não consegue usar aquele serviço que os vereadores todos colocam. Eu acho que isso seria fundamental. Outra coisa, a população, muitas vezes, se cansa, e os conselheiros lá sabem disso, hoje ele está no Monte Cristo, amanhã ele está não sei aonde, essa readequação de áreas, ela é importante, mas também acho que não pode toda hora estar trocando, porque as pessoas cansam: vão num lugar, daí hoje não é

aqui, amanhã é lá. Acho que também é fundamental meio que padronizar o negócio.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Acir. A Sra. Vânia Maria Frantz, diretora da Atenção Primária, da Secretaria Municipal da Saúde, está com a palavra.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Eu queria começar falando nessa sugestão que o Acir traz. Isso já está sendo feito, Acir. A gente já pediu a nossa infraestrutura e manutenção lá, sim, um mapeamento de todas as nossas situações, aquilo que a gente precisa está, inclusive, sendo encaminhado para adequações do ponto de vista... “Ah, é uma associação que cedeu a área, mas está sem documentação.” Então vamos também fazer a documentação. Estamos trabalhando nisso. E a gente também já começou um trabalho em parceria com a SMED, porque a SMED, hoje, já tem esse mapeamento e ela tem mais de 200 áreas na cidade, e isso se explica por quê? Anterior a 2010, a saúde não participou, nunca, das decisões do CAADHAP, e a SMED sempre participou. Então a SMED tinha muitas contrapartidas e SMS não tinha; em 2010 foi que começou essa participação. Então a SMED tem mais de 200 áreas na cidade e que não serão todas naturalmente utilizadas por ela, tanto que agora, no cadastramento do PAC, nós cadastramos um terreno da SMED – em acordo naturalmente com SMED –, lá na Zona Sul, para possibilidade da construção de um centro de saúde, com uma policlínica dentro desse centro de saúde, que fica ali na região próxima à Av. Juca Batista, que também, de algum grau, contempla a região. Então esse levantamento já está sendo feito e a gente está indo para esse caminho.

Readequação, Acir, normalmente é feita quando tem uma situação muito atípica ou demanda da comunidade. Então, muitas vezes a comunidade faz essa demanda. Ontem eu estava no FROP da Sul, houve um pedido, por parte da comunidade, de uma readequação; nesse momento a gente não tem condições, mas isso vai ficar anotado para a possibilidade de a gente ir lá na comunidade

discutir. Então a gente sempre tenta fazer, não é interesse a gente ficar trocando as pessoas de lá para cá, mas, às vezes, o que acontece? Infelizmente tem essa realidade, tem lugares que eu consigo ter uma equipe, tem lugares que eu consigo ter quatro, em área física. Bom, entre não ter atendimento ou andar um pouquinho mais, são escolhas difíceis, mas são escolhas necessárias. Então a readequação a gente evita, mas há esses momentos em que a gente precisa fazer. Acho que essa questão de olhar, e acolho essa sugestão aqui da Ver.^a Cláudia, da gente conversar com o DEMHAB também, ver como é que ficou o cadastramento na região, daqui um pouco a gente tem alguma coisa mais breve. E acho que de forma alguma a gente se exime, enquanto Executivo, da nossa responsabilidade, mas a gente sabe que às vezes a comunidade tem um olhar diferente do nosso, ela está lá no mercado e fica sabendo que o vizinho vai se mudar e quer alugar a casa; é nisso que a gente fala. Bom, tragam essa informação, a partir daí é nossa responsabilidade, mas nos ajudem nesta informação que, às vezes, para nós é um pouquinho mais difícil.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Eu acho que, como encaminhamento, Luiz, até fazer um levantamento – lembra, Sandro, o terreno da Associação dos Cegos do Estado do Rio Grande do Sul – ACERGS É um terreno gigantesco, tem que ver se aquilo ele não é cedido da Prefeitura, se não é da Prefeitura aquilo ali; eles poderiam ceder a metade daquilo ali, porque até onde eu sei, eles cederam para o mercado, acho que é o mercado Keppler que tem ali, então, o Keppler está pagando, para eles, estacionamento; só fazer um levantamento se aquele terreno não é da Prefeitura, cedido para a ACERGS; é tão grande que eles cederam para estacionamento do hospital; então fazer um levantamento do estacionamento do mercado Keppler. Sei porque eu visitei lá; então, é um terreno gigantesco, acho tem mais de 1 hectare, fazer um levantamento. Então, acho que ficou um encaminhamento aqui de fazer levantamentos, até para o conselho aí, para Subprefeitura, levantamentos de terrenos e de próprios da Prefeitura, bem como de aluguel da comunidade, nesse movimento aí, até que saia esse terreno, esse empreendimento. O Sr. Sandro Besson, Subprefeitura Centro-Sul, está com a palavra.

SR. SANDRO BESSON: Viu, presidente, hoje a Subprefeitura é alocada ali na Av. Otto Niemeyer, 3204; o DMLU estava ali também, mas já se mudou. A Subprefeitura está para se mudar, acho que dentro dos próximos meses, ela vai lá para o Centro de Eventos Ervino Besson, na Vila Nova; então, apesar que aquele espaço também é meio complicado, é numa esquina, é....

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E não tem como estacionar.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Não, mas ali é longe da comunidade. Tem que ser lá na comunidade, lá perto do cemitério, por ali.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, eu acho que nosso encaminhamento, querendo colaborar com a tua fala, deveria ser de um pedido de informações para o DEMHAB e não, assim, a gente ficar... Ah!, vamos ver.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Sabe porque que eu digo, vereadora. Eu digo porque a comunidade, eles estão lá, no dia a dia, conhecem...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Isso a gente vai falar para eles; eu digo: nós, enquanto comissão...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ajudar a identificar.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O ideal seria a gente fazer um pedido de informações para ver se tem algum próprio do DEMHAB, que menciona junto a saúde, para que faça um grupo de trabalho ou alguma coisa que possa nos trazer essa informação. Acho que tem que ser uma coisa mais oficial.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Nós faremos, então, como encaminhamento, a gente fará um ofício pela comissão; acho que para o DEMHAB...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): É que foi o DEMHAB que fez o recadastramento e que consegue saber, e aquela região é toda DEMHAB, normalmente né, pode ser a SMAP também, pode alinhar os dois, eu acho.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Está bom, fica como encaminhamento então.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Porque a SMAP tem de todas as secretarias; acho que sim.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Alguém mais? Vila Nova? Enfermeira? (Pausa.) Contemplados. O Sr. Jair, do Conselho Local de Saúde, está com a palavra.

SR. JAIR MACHADO: Retomando aqui, a diretora Vânia citou a questão das contrapartidas. Eu não sei, eu não tenho conhecimento de como a Prefeitura trabalha essas contrapartidas, mas eu queria dar a sugestão de que todo o empreendimento imobiliário, todo o empreendimento comercial em uma determinada região, que as contrapartidas fossem usadas nessa região, e que também tivesse um percentual aplicado na saúde, porque a Centro-Sul está crescendo muito; ali na própria Cidade de Deus são mais de 500 apartamentos, na Sílvio Silveira Soares são mais 340 apartamentos, e a Unidade de Saúde Camaquã que vai absorver, e a unidade Camaquã está se tornando pequena para a população que ela atende; a Cidade de Deus está se tornando pequena pela população que ela atende, e o grande investimento que tem na área da Juca Batista e Ipanema, que continuam crescendo, é necessário que nessas contrapartidas sejam focadas um percentual para a saúde. Eu acho que isso nos auxiliaria muito. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Aí já é um movimento da Secretaria Municipal da Saúde.

SRA. VÂNIA FRANTZ: Eu vou me arriscar aqui a fazer uma proposta, eu só não vou dizer a data, porque eu dependo de outro setor, mas assim que o levantamento das nossas áreas estiver pronto, aí eu vou pedir a complementação para que a nossa arquiteta, que faz essa representação na CAADHAP, também faça esse mapeamento, e a gente faz um mapa mesmo aqui, e apresenta aqui nessa comissão. Eu só vou pedir a sensibilidade de a gente combinar a data, porque eu tenho que ter esse material, ele não depende de mim, depende de outros setores. Mas eu acho que daí isso também, Ver.^a Cláudia, atende um pouco. Bom, entender quais são as unidades, quais são as deficiências; acho que a gente pode combinar isso e trazer para o próximo ano, aqui na COSMAM, esse levantamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. VÂNIA FRANTZ: Eu não vou, Acir, ousar dizer a data porque, como eu disse, é um pedido que a gente fez e depende de outros setores. Mas eu me proponho a estar junto aqui para a gente poder fazer e trazer. Daí o senhor e as pessoas entenderem inclusive, Sr. Jair, que a gente tem, e nós temos a felicidade de que é a mesma arquiteta desde 2010 que representa na CAADHAP. Então ela conhece todo o andamento da cidade e consegue ter esse entendimento. Porque o que que acontece? Se hoje nós tivermos um empreendimento, por exemplo, lá na Cohab Cavalhada, eu não vou pedir contrapartida para a unidade de saúde porque a gente tem aquela baita unidade em que a gente pode aumentar a equipe. Agora, na Cidade de Deus, eu vou ter que pedir. Então a gente vai sempre fazendo isso e a gente está sempre atenta. Claro que a CAADHAP não é só a saúde que vai lá defender, é a cidade toda.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Com relação à contrapartida, eu sou favorável que o empreendimento que sai na região “x”, que a contrapartida seja para aquela região. Mas, infelizmente, não acontece isso. Eu sei porque num empreendimento que teve lá na Juca Batista, as pessoas debaixo d’água, a rua

alagada, e a contrapartida do Zaffari da Juca Batista veio para a ciclovia da Ipiranga. Por isso que eu estou dizendo, por isso que é bom pedir contrapartida de qualquer empreendimento, então, já que a Prefeitura coloca em qualquer lugar. Enfim é uma saída. Tem como fazer um pedido de informação como encaminhamento aqui para a Secretaria de Saúde de quais são os requisitos para aluguel, o que precisa, quais são os requisitos para alugar para uma unidade saúde? Posso fazer como encaminhamento? Está bem. Mais alguém gostaria de... Está todo mundo contemplado? Então saímos daqui hoje com bastante informações novas e com bastante tema de casa também. A luta continua, está bem? Parabéns pela luta de vocês todos, pelo trabalho de todos. Obrigado, Vânia por estares aqui representando a Secretaria de Saúde, por nos trazer as novas informações. Obrigado, colegas vereadores. E assim nos despedimos, até uma próxima, e que Deus continue nos abençoando. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h12min.)

TEXTO SEM REVISÃO